

Os Ex-libertadores no contexto bipartidário: Arena ou MDB. Análise a partir do estado do Rio Grande do Sul.

Nome: Taiane F. Da S. Bringhenti – taiane.bringhenti@acad.pucrs
Mestranda em ciências sociais – PUCRS

Área temática: Política e história

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).

Montevideu, 26 a 28 de julho de 2017.

RESUMO: O presente artigo pretende analisar como os remanescentes do Partido Libertador buscaram inserir-se no período bipartidário, imposto pelo ato institucional nº 2 em 1965 pelo governo civil-militar. Para tanto serão analisados os eleitos a deputado estadual no estado do Rio Grande do Sul, nas legislaturas de 67/71, 71/75, 75/79 e 79/83. Também serão exploradas as raízes históricas e tradicionais do partido, sua fundação e atuação até 1965. Como resultado inicial da pesquisa, observou-se que a maioria dos ex-libertadores migraram para a Aliança Renovadora Nacional (Arena), mantendo atuação, mas perdendo espaço gradualmente, à medida que perde cadeiras no legislativo, não elegendo nenhum deputado nas duas últimas eleições. Não sendo identificada nenhuma migração para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que se elegeu a deputado estadual.

Palavras-chave: Bipartidarismo. Ex-libertadores. Assembleia legislativa.

1 INTRODUÇÃO

De 1964 á 1985 temos o período de ditadura civil-militar no Brasil, dentro deste contexto, o ato institucional nº 2 em outubro de 1965 surge para decretar, dentre outras medidas¹, a extinção de todos os partidos políticos nacionais. Assim como os demais partidos, os remanescentes do Partido Libertador precisaram posicionar-se diante da demanda política vigente no período: Aliança Renovadora Nacional (Arena) ou Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na conjuntura em que todas as identidades políticas foram suplantadas pelo autoritarismo o presente trabalho tem como objetivo, analisar como os ex-libertadores buscaram inserir-se nesse novo cenário político, levando em consideração todo o passado tradicionalista, conservador e elitista do Partido Libertador. Para tanto, serão

¹ Foi imposta também pelo ato: eleição indireta para presidente, vice-presidente, intervencionismo federal nos estados, perda dos direitos de estabilidade dos funcionários públicos e direito ao presidente de cassação de mandatos no legislativo.

exploradas as raízes do partido, suas lideranças, alianças e mecanismos de projeção no estado, antes e durante o bipartidarismo².

A fim de analisar o comportamento dos ex-libertadores no contexto autoritário, foi feito o recorte das quatro legislaturas na Assembleia Legislativa eleitas no período bipartidário 67 a 71, 71 a 75, 75 a 79 e 79 a 83. Sendo que a legislatura de 79 á 83 será marcada por dois momentos, a eleição em 31 de janeiro de 1979 e a migração em dezembro do mesmo ano, quando temos o retorno ao pluripartidarismo, a partir da lei federal nº 6.767 na qual a legenda Arena e MDB são extintas. A partir de então, antigos e novos partidos são organizados o que movimenta novamente o cenário político, resultando em uma nova migração.

A escolha por analisar somente aqueles que permaneceram nos cargos de deputado estadual, se deu pelo motivo de que os libertadores a partir desta posição mantiveram-se ao longo de 1945 a 1965 como terceira maior força política no estado³. Fazendo uma média de 54 a 120 mil votos² para cada eleição a deputado estadual. Sendo esse cargo, um dos principais mecanismos de projeção política dos libertadores⁴. E os demais postos políticos a nível nacional não refletiriam a importância do partido a nível regional.

Cabe ressaltar que estudos que demonstrem a migração partidária durante o regime autoritário ainda carecem de atenção, mesmo com esforços no sentido de entender e avaliar a migração e atuação no período autoritário como no caso de Madeira (2007), ainda existem muitas lacunas, sendo o Partido Libertador e seus remanescentes uma delas. Trabalhos como de Tauffer (2008) e Brum (2013) nos apresentam um panorama geral da história, discurso e atuação dos libertadores no contexto de formação até a extinção do partido em 1965. O trabalho de mapear os ex-libertadores no contexto bipartidário, foi uma coleta de dados bastante longa, onde os dados estavam totalmente dispersos, contendo poucas informações aqui e ali. Ferramentas on-line como os verbetes de personagens políticos encontrados no site da Fundação Getúlio Vargas o CPDOC, ajudaram a reconstruir e delinear os caminhos e percalços dos libertadores. Assim como também,

² Ver mais em: TAUFFER, Paulo Roberto. Partido Libertador: formação e atuação política. Dissertação de mestrado, Unissimos, São Leopoldo, 2008. Páginas 32-48.

³ Os cargos de vereador e prefeitos, não foram explorados por esse artigo, por falta de fontes até o momento da entrega deste artigo, que pudessem corroborar para este estudo.

⁴ Sobre a importância deste cargo a carreira política cf. MIGUEL, 2003.

dicionários bibliográficos, biografias e obras diversas sobre a história política do Rio Grande do Sul como o livro referência de Carlos E. Cortés (2007) que trabalha com o recorte histórico de 1930-1964.

E para desenvolver a análise proposta, de estudar os remanescentes do partido libertador na Assembleia Legislativa no período bipartidário, o artigo foi dividido da seguinte maneira: a primeira parte será um breve apanhado histórico do Partido Libertador desde sua fundação, perpassando os meandros da política gaúcha até as portas do golpe civil-militar de 1965, para termos uma noção de como se deu a trajetória do partido em meio a diferentes contextos históricos até chegar a sua extinção junto ao pluripartidarismo. Depois será analisada a atuação dos libertadores na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1947 até 1966 onde ocorreram cinco eleições, para se ter um panorama da atuação dos libertadores no estado até o bipartidarismo. E mais tarde já no contexto do bipartidarismo entre 1967-1979 onde ocorreram quatro eleições, será analisada a migração dos libertadores para as legendas impostas pelo regime civil-militar em 1965. Também foi colocado como um subitem no artigo, uma breve observação sobre a atuação dos ex-libertadores no cenário nacional, que elegeram-se no estado do Rio Grande do Sul a deputado federal. A fim de salientar a atuação dos remanescentes do PL, a partir de estudos de Madeira (2007).

2 OPOSICIONISTA, REGIONAL E LIBERTADOR.

Em 1928 na cidade de Bagé, no interior do estado do Rio Grande do Sul, ocorreu a fundação do Partido Libertador. Herdeiro direto de alianças políticas oposicionistas ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) de Borges de Medeiros, o PL surge em torno da liderança política e intelectual de Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla. Sendo um partido que emerge da união de dissidentes do PRR e remanescentes do antigo Partido federalista do Rio Grande do Sul (PFR), que lutavam por espaço político dentro do estado (BUENO, 2006).

Em um contexto político bipolarizado, o PL surge como uma oposição ao caráter centralizador e autoritário de Borges de Medeiros, tendo como bandeira o liberalismo

econômico e o parlamentarismo, com a instituição do voto secreto dentro de um regime democrático⁵. E principalmente, sendo porta voz direto dos interesses da elite estancieira do estado, visto que os seus membros eram tradicionais comerciantes de gado no RS. (TAUFFER, 2008).

As ideias do partido eram disseminadas pelo jornal *O estado do Rio Grande*⁶, periódico lançado em março de 1928 que se tornou o porta voz do partido neste primeiro período de atuação até 1937. O jornal era utilizado pelos libertadores, para criticar a oposição, colocar seus posicionamentos e compromissos com a ideologia “libertadora” e comentar a respeito da política nacional e local. Foi um dos últimos jornais político-partidário de grande destaque no estado.

Desde sua fundação em 1928 até 1937 o Partido Libertador atuou a nível estadual⁷, tendo uma média de 30 a 50 mil votos pelo estado. Esse número é bastante expressivo, se levarmos em consideração que o PL não tinha acesso direto a máquina do estado, assim como o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), justamente por ser a base de oposição. Em aliança com a União Democrática Nacional (UDN) formou a Frente Única em oposição ao governo do estado, para pleitear maior espaço e representação dentro do cenário político do período, que era notadamente dominado e centralizado pelo PRR.

Em 1945 com a abertura política ocorre a refundação do Partido Libertador, que agora se lança a nível nacional a partir dos esforços e atuação política de Raul Pilla⁸. Sua influência é notada para além dos limites do estado, como coloca Mem de Sá (1973, p.132) em pronunciamento sobre a projeção nacional do partido⁹ “*A partir de 1945, por força da lei, o Partido Libertador era, fora do Rio Grande, mais conhecido como Partido de Raul Pilla do que propriamente pelo nome*”. Pilla era um grande nome dentro do partido, depois de Assis Brasil era ele quem tinha maior projeção e articulação entre os libertadores, juntamente com Antunes Maciel Junior¹⁰ e o próprio Mem de Sá.

⁵ Cf. BRASIL, 1983.

⁶ Cf. TORRES, 1999.

⁷ Em 1937 temos início ao Estado Novo, impondo o autoritarismo ao cenário político nacional. Onde os partidos foram extintos, sendo os estados governados por interventores nomeados. Cf. PESAVENTO, 1992, página 70.

⁸ Raul Pilla foi um exímio Libertador, tendo atuado em várias frentes para elevar a sigla a nível nacional, convocando reuniões e recolhendo assinaturas pelos estados onde tinha maior influência.

⁹ Em seu livro, **A politização do Rio Grande**, Sá aponta as principais figuras do partido e a importância da imagem delas para seus membros, figurando entre eles, está Raul Pilla e Assis Brasil.

¹⁰ Ver mais sobre Antunes Maciel em Verbete CPDOC, Antunes Maciel.

Com essa refundação o partido estruturou-se da seguinte maneira: Raul Pilla como presidente, Orlando da Cunha Carlos e Décio Martins Costa como 1º e 2º vice-presidente e Mem de Sá como secretário Geral¹¹. Com o falecimento de Assis Brasil em 1938, a atuação do partido ficará circunscrita em torno desses nomes, como também de Francisco Solano Borges e Paulo Brossard de Souza Pinto. Projetando-se nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pará e Paraná.

Mesmo com a sua inscrição como partido nacional o PL não consegue ter a mesma atuação e projeção que desempenhava em seu estado fundador. Conforme dados das eleições de 1945, dos 51.324 votos que o partido obteve, somente 6.017 eram de outros estados. Visto que a maioria dos inscritos ainda eram do RS, somente em 1950 o partido terá membros de fora do Rio Grande do Sul figurando no diretório nacional, o que põe em evidência a principal característica do partido: regional (CORTÉS, 2007).

Este segundo período de atuação do partido, foi marcado pela defesa “mais declarada” do parlamentarismo. Os libertadores acreditavam no sistema parlamentar e na defesa de uma economia que favorecesse a agricultura e pecuária. O PL que ressurgiu em 1945 mantém-se ao lado conservador juntamente com o Partido Social Democrático (PSD), projetando-se em um espaço que em outros estados era ocupado pela UDN. Como Brum (2013) salienta:

O Partido Libertador além de ter o apoio dessa elite tradicional angariou votos de Grupos liberais-conservadores, que em âmbito nacional apoiavam a UDN. A vantagem que o PL tinha sobre o partido udenista está diretamente ligada à sua tradição na política gaúcha, que vinha desde a Primeira República. Essa tradição foi explorada pelos libertadores que buscaram na história do partido a legitimação da defesa das liberdades e da democracia. (BRUM, 2013 p.31-32)

Ou seja, O PL era portador de personagens políticos importantes e de uma base eleitoral já constituída, que o diferenciava da UDN, que durante este período (1945-1965) teve moderada projeção no estado. Sendo a 4º força política dentro da Assembleia Legislativa, elegendo uma média de 4 a 6 deputados, logo atrás dos libertadores.

¹¹ Dados do Tribunal Regional Eleitoral

3 OS LIBERTADORES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

De 1945 até 1965 os libertadores tiveram uma crescente soma de votos nas eleições para deputado estadual saltando de 54 mil para 125 mil em 1963, garantindo uma estabilidade eleitoral com média sempre entre 9 a 12% da soma total de votos. Contava com casos de reeleições e novos integrantes figurando nas disputas. Ocupou de cinco a sete cadeiras na assembleia, nas legislaturas de 1947, 1951, 1955, 1959 e 1963, como mostra a tabela 1:

Tabela 1
Libertadores eleitos de 1945 a 1963 para deputado estadual

Ano Eleição	1947	1951	1955	1959	1963
1	Antônio M. da Silva Filho	Heitor Galant	Amadeu F. Weimann	Cândido Norberto	Dario Beltrão
2	Brito Velho	Francisco Solano Borges	Francisco Solano Borges	Francisco Solano Borges	Francisco Solano Borges
3	Edgar Schneider	Hélio A. de Oliveira	Heitor Galant	Getúlio Marcantônio	Getúlio Marcantônio
4	Henrique de Araújo	Mário de L. Beck	Henrique de Araújo	Gudben B.Castanheira	Gudben B.Castanheira
5	Mem de Sá	Mem de Sá	Manoel Gastal	Heitor Galant	Honório P. Severo
6	-	Norberto Schmith	Norberto Schmith	Manoel Gastal	Paulo Brossard de Souza Pinto
7	-	-	Paulo Brossard de Souza Pinto	Paulo Brossard de Souza Pinto	-
Total de Votos	54.832	70.343	107.209	145.441	125.614
Total em (%)	9,86	9,77	12,79	11,97	9,27

Fontes: dados coletados do quadro de legislaturas do memorial do legislativo RS e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Neste período, o partido caracterizou-se por ser a 3º maior força política dentro da Assembleia Legislativa, logo atrás do PTB com média de 20 a 25 cadeiras e do PSD de 15 a 18 cadeiras¹². Ocupando inclusive no período de 1956 á 1957 a presidência da casa com Manoel Braga Gastal, consagrado radialista e advogado natural da cidade de Santa Maria.

A porcentagem de voto é regular e se mantém de maneira crescente até 1959, caindo em 2,7% no último ano como apresentado pela tabela 1. Essa perda de votos se dá na eleição de 63, que não contou com Heitor Galant e Cândido Norberto. Heitor Galant deixa o cenário legislativo para assumir o cargo de diretor da caixa econômica federal de 1966 a 1970. E Cândido Norberto não volta a se reeleger pelo Partido Libertador, mas continuou na Assembleia Legislativa sendo eleito pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

De maior destaque temos Francisco Solano Borges, sendo o que mais vezes ocupou o cargo pelo PL, no total de quatro mandatos. Seguido de Paulo Brossard de Souza Pinto com três mandatos. Esses dois nomes serão importantes na transição para o período autoritário de 1965, pois constituíram longas trajetórias e posições de destaque no quadro político bipartidário, que será assunto do artigo mais à frente.

Essa estabilidade, como colocado anteriormente, não garantiu aos libertadores um maior acesso a cargos importantes do governo como as secretarias e conselhos. Somente em 1955, no governo de Ildo Meneguetti, o libertador Henrique Fonseca Araújo foi nomeado procurador do estado, isso se explica, dado ao apoio do PL à candidatura de Meneguetti em aliança ao PSD. Mais tarde em 1962, são retomadas as alianças para eleição de Ildo Meneguetti a governador do estado, na Ação democrática popular (ADP) que reunia os partidos de oposição ao PTB de Brizola, PSD, UDN, PL, Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Em relação a essas alianças, destaca Tauffer (2008)

O Partido Libertador manteve, nos diversos processos eleitorais, uma coerência político-ideológica muito grande com relação às coligações partidárias, pois sempre se coligou com partidos de orientação liberal,

¹² Ver mais em: site memorial do legislativo, seção legislaturas, quadro de legislaturas.

anticomunista, antifascista e anti-petebista. A exceção à regra foi a eleição de 1962, que em função da conjuntura política aceitou a composição com o PRP. (TAUFFER, 2008, p.112)

Como bem colocado pelo autor, ficando sempre ao lado de partidos de ordem conservadora e se colocando na defesa de interesses de uma elite, o Partido Libertador transitava entre seu caráter liberal e conservador. E com a insurgência de um contexto de radicalização política de 1963 a 1965, entre defender um regime autoritário e se beneficiar das estruturas institucionais, ou se opor a crescente radicalização e ficar ao lado do seu sempre opositor PTB. Ou até mesmo sair da vida política e aceitar que o ideal libertador parlamentar e democrático não teria espaço nesse novo cenário, são dilemas que os libertadores tiveram de lidar. Além disso, tradição e longa trajetória dos seus membros, foram levadas em consideração nesse processo de transição.

3.1 O ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Com o ato institucional nº 2 (AI2) em outubro de 1965, foi decretado o fim do pluripartidarismo, onde buscava-se estreitar as relações políticos partidárias de modo que favorecessem o poder executivo. Os militares enxergavam essa medida necessária para evitar o fortalecimento político de uma oposição, desarticulando possíveis alianças. Uma vez que organizava o cenário político em dois polos, colocando de um lado a oposição e de outro a base de apoio ao governo militar (GRIMBERG, 2009). Sobre a intenção do bipartidarismo, Maria D'Alva Gil Kinzo (1980) pontua

Criar um quadro partidário cujo divisor de águas fosse o apoio ou não ao governo. Tratava-se de aglutinar num só partido todos os parlamentares e correntes políticas que apoiavam o regime implantado [...] deixando do lado de fora, para a constituição de um partido de oposição, as forças políticas residuais (ZINKO, 1980, p. 219).

Como colocado pela autora, o novo cenário político forjado em 1965, respeitava essa lógica, apoiar ou não o regime autoritário. E isso foi aceito e percebido de diferentes maneiras nos estados, que agora tinham de lidar com uma nova situação política nacional.

Em artigo sobre a formação da Arena no estado do Rio Grande do Sul, Ângela Flach (2005) aponta que no estado essa medida do governo civil-militar teve apoio do então governador do estado Ildo Meneguetti e de seus aliados. Que mesmo não sendo a favor da perda de sua sigla partidária, não deixam de apoiar a medida autoritária, como afirmam em notas publicadas em jornais¹³ de grande circulação no período. Esse cenário de mudanças refletiu na Assembleia Legislativa, onde os deputados passaram um período de indefinição ao qual diminuíram os projetos apresentados. Mas com o passar do tempo o bipartidarismo foi sendo aos poucos “naturalizado”.

O quadro político no estado do Rio Grande do Sul, sempre foi palco de grandes disputas, conflitos, continuidades e rupturas que ganharam diferentes formas e aos poucos foram delineando a história política Rio Grandense. Pesquisadores como Flach (2005), Cortés (2007) e Chaves (2012) salientam o caráter polarizado do estado, que vem desde alianças políticas de 1962 dividindo o cenário político entre os Petebistas e os Anti-petebistas. Dentro desta perspectiva temos de um lado os petebistas de Leonel Brizola e de outro a Ação democrática Popular¹⁴ (ADP) aliança política composta pelo Partido Libertador (PL), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de representação Popular (PRP), Partido Social Democrático (PSD) e União democrática Nacional (UDN).

Com o Ato institucional nº 2 essas alianças políticas polarizadas, de alguma forma “facilitaram” a migração para o sistema bipartidário no estado do Rio Grande do Sul. Onde de um lado temos o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) composto majoritariamente pelos Petebistas e alguns nomes do Movimento Trabalhista Renovador (MRT) e do outro a Aliança Renovadora nacional (Arena) composta pelos dissidentes da antiga ADP. Essa

¹³ Diário de Notícias.

¹⁴ A Ação democrática Popular foi formada em 1961 a nível nacional como resposta a “ofensiva comunista” na política. Em 1962 ela se estabeleceu em diferentes assembleias pelo país dentre eles Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo. Na câmara dos deputados chegou a contar, segundo verbete temático do CPDOC com 115 membros, dentre eles o libertador Raul Pilla e alguns nomes inclusive do PTB como José de Souza Nobre. Adotaram a ideia de “anticomunistas sempre, reacionários nunca” para atacar setores que apoiavam João Goulart.

maior afinidade entre os partidos da antiga ADP não exclui possíveis divisões e disputas internas na nova legenda.

O historiador Eduardo Santos Chaves (2012) em estudo sobre a trajetória dos políticos que compuseram a base Arenista na Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul, salienta que o fato da Arena ter sido composta por alianças políticas anteriores ao bipartidarismo, não fez com que disputas internas deixassem de ocorrer. Conflitos em torno de indicações a cargos de Presidente do diretório regional, presidente da Assembleia e indicações de candidatos a disputas eleitorais, eram comuns e resolvidas depois de muita agitação interna. Sobre essas disputas, Angela Flach (2005) ressalta

A utilização do mecanismo de formação de sublegendas foi o meio encontrado pelo governo para apaziguar essas disputas, uma vez que tal mecanismo possibilitava que diferentes grupos, atuantes no mesmo partido, concorressem ao mesmo cargo nas disputas eleitorais (FLACH, 2005, p. 3).

O governo militar, como forma de possibilitar a convivência de diferentes grupos no mesmo partido, criou a sublegenda¹⁵, através do Ato Complementar nº 26 em 29 de novembro de 1966, que possibilitou que mais de um candidato de um mesmo partido concorresse a eleições diretas. Isso facilitou as relações internas e amenizou possíveis disputas. Não que as diferenças entre candidatos de diferentes agremiações (anteriores ao AI2) deixassem de existir, mas elas tornaram-se a ser menos frequentes.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a nível nacional foi composto pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Trabalhista (PST) e Movimento Trabalhista Renovador (MRT), contando também com alguns dissidentes de pequenos partidos. Já no Rio Grande do Sul a formação do MDB se caracterizou pela forte presença dos petebistas e alguns nomes do MTR que aderiram à oposição, o primeiro líder da bancada na Assembleia foi o deputado Pedro Jorge Simon,

¹⁵ O mecanismo de sublegenda perdurou até 1984, sendo utilizado pela última vez nas eleições diretas em 1982.

segundo mais votado com 34.412 votos. Sobre a atuação do MDB no estado, Cortés (2007) ressalta

O MDB gaúcho também sofreu uma destruição da maioria de suas lideranças. O expurgo governamental de dois anos havia dizimado o PTB gaúcho. Com exílio de Goulart e Brizola e a cassação dos direitos políticos de outros importantes petebistas no Rio Grande do Sul, a liderança petebista estadual coube ao deputado Siegfried Emmanuel Heuser, um moderado.

[...]

A pressão do governo também obstrui as atividades eleitorais do MDB. Muitos estancieiros, industriais e empresários que normalmente apoiavam o PTB, evitaram fazer isso em 1966, por temor a uma represália governamental. Para evitar que seus mandatos políticos fossem cassados, a maioria dos candidatos petebistas fez campanhas moderadas, fazendo apenas críticas leves ao governo. (CORTÉS, 2007, p. 312)

Durante a primeira legislatura eleita já no período bipartidário, nove deputados gaúchos do MDB têm seu mandato cassado pelo então presidente militar Emilio Garrastazu Médici, sob termos do artigo quatro do ato institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968¹⁶, que marcou o período de endurecimento do regime civil-militar. Dentre os mandatos cassados¹⁷ estavam Flavio Antônio Lopes ramos (ex-MRT), João Brusa Netto (ex-PTB), Lauro Heggman (ex-PTB), Rubem Machado Lang (ex-PTB) e Terezinha Gisela Irigaray Chaise (ex-PTB) que chegou a ser a deputada mais votada na eleição de 67 com 51.462 mil votos.

No contexto de migrações, cassações e reconfiguração do cenário político institucional o Partido Libertador assim como os demais partidos, tinha a penosa decisão de

¹⁶ As cassações já vinham ocorrendo antes de 68, mas com o AI-5 passa a ser um recurso (também) do presidente. Um dos fatores que levou ao ato institucional nº 5 foi o discurso do deputado emedebista Marcio Moreira Alves que pede que o povo brasileiro que não participe das festividades militares do 7 de setembro. O governo em resposta pede a cassação de dois mandatos na câmara dos deputados, e não obtendo resposta favorável à sua “solicitação” impõe o AI5 que confere ao presidente o poder excepcional de cassar mandatos parlamentares, dentro outras atribuições.

¹⁷ No caso da Arena gaúcha, somente um deputado foi cassado de acordo com o AI-5, Ary Da Silva Delgado (ex-PSD).

escolher para que lado seguir. De um lado a Arena, representando apoio ao autoritarismo tão combatido pelo partido desde a sua fundação em 1928. Apoiar o partido de sustentação de um governo autoritário significava ir contra toda a tradição do partido, que defendia a “democracia representativa” desde Assis Brasil. Essa inequação fez com que muitos libertadores abandonassem a vida pública¹⁸, por não se ajustarem a um sistema ditatorial e não aceitarem o fim do seu partido.

Do outro lado temos o MDB, que abrigou todo o corpo político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual o PL se fezpositor nos seus últimos anos de existência. Aceitar fazer parte de uma oposição ao regime significava entrar em um campo totalmente dominado por lideranças petebistas, que certamente não teriam os mesmos interesses da elite ao qual o PL representava. Existiam então, três possibilidades: sair do cenário político, fazer parte da base de um governo autoritário ou fazer oposição ao lado dos antigos “inimigos” petebistas¹⁹.

Com a delimitação do artigo, em analisar o cargo de deputado estadual, alguns nomes importantes ficaram de fora da análise, como o caso de Paulo Brossard de Souza Pinto ex-libertador que aderiu ao MDB²⁰. Sobre essa situação Brossard se manifestou²¹ em nota

Sou Deputado libertador. O PL, ao qual sempre estive filiado, desde estudante, foi extinto por um ato de império. O mandato que, por seu intermédio, me outorgou o povo rio-grandense, não desapareceu como não desapareceram os compromissos políticos assumidos com o povo rio-grandense por intermédio do PL. A eles, e exclusivamente a eles, permaneço fiel.

[...]

Sou um libertador feito Deputado da Nação, fiel aos postulados programáticos do meu partido, mas já agora sem o seu conselho, sem a

¹⁸ Ver mais em: CORTÉS, 2007.

¹⁹ Essas possibilidades foram interpretadas a partir da ótica do autor, podendo claro, haver mais alternativas a essa nova situação, mas no presente artigo, serão analisadas somente essas três.

²⁰ O episódio da cassação de mandatos dos emedebistas que defendiam o nome de Cirne Lima, apoiado por Brossard, foi decisivo para o político escolher filiar-se ao MDB.

²¹ Discurso transcrito no site do supremo tribunal federal, ao qual Brossard foi ministro.

sua ajuda, sem a sua censura, sem a sua colaboração, solto, desprovido do seu valioso amparo.

O político deixa nítido em sua declaração seu compromisso com a decisão democrática do “povo” Rio Grandense o compromisso libertador, como também, coloca seu pesar pelo fim de seu partido. Em 1965 logo após a instauração do ato institucional nº 2 Brossard decide não se filiar imediatamente a Arena ou MDB, permanecendo afastado da vida pública durante um curto período. Em 1966 filia-se ao MDB onde elegeu-se deputado federal em 1966, tendo uma longa carreira política, perdurando até 1994 ano de sua aposentadoria²². Foi o único ex-libertador que diferiu da maioria de seus antigos companheiros de PL filiando-se ao partido de oposição.

Uma das figuras importantes dentro do partido que ficou de fora da análise é Mem de Sá, que teve uma longa trajetória política no período autoritário pela Arena. Sendo nomeado pelo presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco ao Ministério da Justiça em 1966, no final do mesmo ano assume cargo no senado ficando até o final da legislatura em 1971. Em abril de 1971 o presidente Emílio Garrastazu Médici nomeou Sá a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) onde permaneceu até se aposentar em 1973. Veio a falecer em março de 1989²³.

Aqueles que não seguiram para Arena ou MDB decidiram retirar-se da política, assim como o líder Libertador Raul Pilla, que continuava fiel a ideia libertadora de democracia, creditando ao regime autoritário o sufocamento democrático, como coloca em discurso na Assembleia legislativa

A despedida Creio, Sr.

Presidente, haver cumprido o que prometi. Retiro-me da vida pública combatendo. Analisei os erros e malogros da Revolução. Fi-lo talvez com paixão – a paixão do patriotismo decepcionado - mas também com a isenção que somente um revolucionário como eu pode ter. Chegado é o momento da despedida. Nada mais poderia justificar a minha presença nesta Casa, onde, veterano já de tantas lutas cívicas, militei vinte anos a

²² Ver mais em: Site do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, cessão ministros do STF.

²³ Cf. Verbete CPDOC Mem de Sá.

fiu. Devo, porém, dar o meu depoimento sobre ela. Se muitos têm sido os seus erros, se muitos são os seus pecados – erros e pecados que apenas refletem as insuficiências nacionais - posso afirmar que é ainda o Congresso o que de melhor apresenta a nossa vida pública. Nele conheci grandes e nobres espíritos de que guardo uma edificante lembrança e, ainda na generalidade dos seus membros, sempre encontrei receptividade para os altos ideais. Conquanto abafado, paralisado, humilhado pelo Poder dos poderes, é ele a grande caixa de ressonância na qual chegam e tomam voz as aspirações nacionais. Oxalá não o esqueçam nunca mais os cidadãos desta malfadada República. (Anais da câmara dos deputados, 1980) ²⁴

Em sua fala Pilla lamenta os rumos que o Brasil foi tomando a partir do golpe de 1964. E em tom de despedida enumera suas conquistas e feitos durante carreira pública. Assim como Pilla, outros libertadores também abandonaram a política, não concordando com as tomadas de decisões que levaram os militares ao poder.

3.2 EX-LIBERTADORES NA ARENA

Durante o período bipartidário, sucederam-se quatro eleições para deputado estadual no Rio Grande do Sul, dessas quatro, a legislatura de 1979/1983 já marca o processo de redemocratização, em que temos o retorno do pluripartidarismo ao cenário político nacional. O Partido Libertador não voltou à atuação, com a redemocratização seus remanescentes se mesclam em diferentes legendas.

A tabela abaixo²⁵ nos mostra a atuação dos ex-libertadores na Assembleia Legislativa no estado do Rio Grande do Sul pela Arena. Com políticos que vinham de longa trajetória no partido Libertador no cargo de deputado estadual desde 1952, como o caso de Francisco Solano Borges, visto na tabela 1.

²⁴ Cf. Anais da câmara dos deputados In: PILLA, 1980, p. 546.

²⁵ Os números e porcentagens de votos que cada deputado eleito recebeu, não foram encontrados em sua totalidade, por isso não foram acrescidos na tabela.

Tabela 2

Ex-libertadores eleitos de 1967-1979 para deputado estadual

Legislatura	1967-1971	1971-1975	1975-1979	1979-1983
1	Francisco Solano Borges	Francisco Solano Borges	-	-
2	Getúlio Marcoantonio	Getúlio Marcoantonio	-	-
3	Octavio Omar Cardoso	-	-	-
Total de votos	57.035	52.848	0	0
Total em %	8,4	5,83		

Fontes: dados coletados do quadro de legislaturas do memorial do legislativo RS e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Na legislatura de 1967, os remanescentes do PL ocuparam três cadeiras das 55 para deputado estadual. Elegendo-se os deputados Francisco Solano Borges, Getúlio Marcoantonio e Octávio Omar Cardoso. Como vimos na tabela um, esses três nomes já eram presentes na Assembleia Legislativa e migrando para a Arena eles mantiveram seus mandatos. Em 1971 das 50 cadeiras, somente duas serão ocupadas pelos ex-libertadores, quando Octávio Omar Cardoso deixa o cargo, não se reelegendo para a legislatura de 1971-1975. Francisco Solano Borges e Getúlio Marcoantonio continuam a figurar o quadro legislativo estadual até 1975.

A porcentagem de votos recebidos continua dentro da média dos tempos do Partido Libertados de 57 a 52 mil votos. Esse numero é muito expressivo, levando em consideração a grande concorrência dentro da Arena, com diversos nomes de peso que migraram de partidos como PSD.

Otávio Omar Cardozo, filiado ao PL desde 1949, onde vinha atuando como vereador, elegeu-se pela Arena em 1967 como deputado estadual, permanecendo somente por um mandato, sendo vice-líder da bancada no período de 1969 até 1970. Cardozo não disputou novamente o cargo, mas continuou figurando o cenário político. Atuou como vice-presidente do diretório da Arena no estado por duas oportunidades, a primeira em 1971 e depois em 1976, onde permaneceu até 1978. Foi eleito senador ainda pela Arena, assumindo como suplente. Continuou a vida pública até o período da redemocratização em 1979, ingressando no Partido Democrático Social (PDS), migrando em 1995 para o Partido Progressista Brasileiro (PPB), vindo a falecer em Brasília no ano de 2011²⁶.

Francisco Solano Borges foi o primeiro presidente do diretório regional da Arena, com dois mandatos cumpridos pelo partido, Solano Borges afastou-se durante alguns meses para assumir a Secretaria do Interior e Justiça em 1967 e no período de 1971 á 1973 presidiu a assembleia. Após 1975 não voltou ao cargo de deputado estadual, mas isso não quer dizer que deixou de atuar na política, pois de 1974 até 1983 ocupou o cargo de Vice-presidente e presidente do Tribunal de contas do estado, tendo se aposentado da política em 1983. Veio a falecer em 2003, com 33 anos de vida pública. Solano Borges acumulou experiências legislativas desde 1951, o que configura também uma das características da Arena no estado, que era composta em sua maioria por deputados com longas carreiras e grande estabilidade política.

O Vacariense Getúlio Marcoantonio atuava desde 1959 no legislativo pelo Partido Libertador, ao migrar para a Arena continuou por mais dois mandatos. Em 1975 não voltou a figurar o cenário político como deputado estadual, mas permaneceu atuando como secretário de Agricultura do estado de 1975 até 1977, e presidente da FEDERACIT (Federação dos Clubes de Integração e Trocas de Experiência). Depois disso se dedicou à escrita e a criação de búfalo, vindo a falecer em 2010.

Os ex-libertadores que migraram para Arena para concorrer a deputado estadual, continuaram consolidando suas trajetórias e a figurar no cenário político para além do período bipartidário, mostrando que a experiência no Partido Libertador pode servir de base para a permanência dos seus remanescentes na esfera pública, mesmo o partido não

²⁶ Ver mais em: verbete CPDOC CARDOSO, Otávio.

retornando em 1979 com a abertura democrática, seus libertadores continuaram. E isso de alguma maneira pode ser sentido como a continuidade de um partido de longa tradição e raízes no estado, pois nos três casos analisados, eles continuaram figurando dentro da esfera de poder que caracterizava o PL, a esfera regional.

Mesmo sendo uma migração contraditória no sentido ideológico do partido e condizente com a situação polarizada do estado, os libertadores que continuaram, conseguiram permanecer e se estabelecer no campo político arenista, seja como deputado estadual, líder de partido ou secretário. Deixando em evidência que a experiência no período autoritário foi benéfica a vida política dos ex-libertadores, no sentido de conseguirem permanecer atuantes e figurar o cenário político para além do regime autoritário.

3.2.1 PANORAMA GERAL DA ATUAÇÃO DOS EX-LIBERTADORES NO CENÁRIO NACIONAL

Estudos que mostram a atuação a nível nacional dos ex-libertadores, como Madeira (2007) em artigo sobre a base da Arena gaúcha na câmara dos deputados, demonstram a baixa atuação e diminuída presença dos ex-libertadores. Dos 14 deputados gaúchos eleitos entre 1965 a 1979, somente três são remanescentes do PL, sendo eles Carlos de Brito velho, Vasco Amaro e Norberto Schimdt. No caso dos deputados federais, os ex-libertadores deixam de atuar já a partir de 1978, sendo que dois deles não tiveram continuidade no cenário político.

Carlos de Brito Velho inicia sua trajetória política pelo Partido Libertador, em 1947, elegendo-se a deputado estadual, foi secretário de educação entre 1960 e 1962. Em outubro de 1963 elegeu-se a deputado federal mais votado no estado, a partir da aliança política assumida pelo PL no período, Ação democrática Popular (ADP). Em maio de 1963 torna-se vice-líder do Partido Libertador. Com o bipartidarismo filiou-se a Arena, sendo eleito em 1966 a deputado federal. Em setembro de 1969 em decorrência do ato complementar nº5

(AI5) renúncia ao mandato de deputado, se afastando da política. Vindo a falecer em 1998²⁷.

O pelotense Vasco Amaro da Silveira Filho, agricultor e ruralista, filia-se ao Partido Libertador em 1960 para concorrer ao cargo de vereador, sendo nesse período o vice-presidente do diretório regional do partido. Filia-se a Arena, elegendo-se a deputado federal em 1966, sendo reeleito em 1970. Em 70 também passa integrar a comissão de Agricultura e Política Rural, como vice-presidente entre os anos de 1972-1973. Em 1974 consegue reeleger-se a deputado federal. Com a redemocratização filia-se ao Partido Democrático Social (PDS) onde tentou novamente o cargo de deputado federal, não conseguindo ser eleito.²⁸

Norberto Schmidt inicia sua carreira política pelo PL em 1950 elegendo-se deputado estadual, sendo reeleito em 1955. Em 1958 concorre a deputado federal, conseguindo somente a segunda suplência. Mais tarde em 62 consegue a vaga efetiva de deputado federal pela ADP. Em 1963 elege-se deputado federal, sendo representante libertador na câmara federal. Com o bipartidarismo filia-se a Arena sendo indicada a Comissão de Segurança Nacional, Comissão de Finanças e suplente da Comissão de Constituição e Justiça. Em 1966 reelegeu-se deputado federal. Em 1979 afasta-se da vida pública em decorrência de problemas de saúde.²⁹

Brito Velho, Vasco Amaro e Norberto Schmidt foram os libertadores que compuseram a bancada arenista gaúcha na câmara dos deputados, que tiveram longas trajetórias políticas, mas que não conseguiram manter-se em longo prazo no cenário legislativo bipartidário visto, que deixaram o cargo ou até mesmo a vida pública.

A ideia de apresentar esse pequeno panorama sobre a atuação dos ex-libertadores na câmara dos deputados no período autoritário, surge da necessidade de se entender a dimensão e a atuação dos remanescentes do Partido Libertador a nível nacional, como também, para contribuir na análise desse partido que foi tão expressivo na história política Rio Grandense.

²⁷ Cf. verbete CPDOC Carlos de Brito Velho.

²⁸ Cf. Verbetes CPDOC Vasco Amaro

²⁹ Cf. Verbetes CPDOC Norberto Schmidt

3.3 MDB E OS EX-LIBERTADORES

Dentre o recorte analisado, a partir do cargo de deputado estadual, nenhum ex-libertador se elegeu pelo MDB. Isso poderia ter duas explicações. A primeira diz respeito ao posicionamento político-ideológico do Partido Libertador até 1965, que pregava em seus discursos a democracia, o voto, a liberdade individual e o parlamentarismo. E tendo o regime autoritário acabado com essas possibilidades, continuar no cenário político contradizia a própria existência do partido. Alguns libertadores eram extremamente tradicionalistas e agarrados aos seus mantras e personagens como Assis Brasil e Raul Pilla e filiar-se ao MDB e acabar por subjugar-se ao autoritarismo era totalmente o oposto da lógica libertadora. E esse mesmo motivo que impediu de seguir uma migração para o MDB, também impediu a migração para Arena, como no caso visto de Raul Pilla.

A segunda explicação seria que, para continuar no MDB no estado no Rio Grande do Sul, os libertadores teriam de conviver e dividir o espaço com os ex-petebistas, que antes de tudo, eram a principal força política no estado, sendo deles a maioria dos votos. Não só ter de disputar voto a voto com os ex-petebistas, mas também ter de se aproximar do discurso do partido que até então era seu adversário mais combatido. Os libertadores seriam o “estranho no ninho” dentro de um MDB formado somente por petebistas. Não teriam espaço, e possivelmente acabariam por, ou migrar para Arena ou deixar a vida política.

Mas se ampliarmos a análise, como colocado anteriormente, o único ex-libertador encontrado no MDB foi Paulo Brossard de Souza Pinto, onde foi eleito primeiro presidente nacional do partido, deputado federal e senador em 1975. Brossard constitui uma longa trajetória dentro do partido, permanecendo na política para além do bipartidarismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a extinção dos antigos partidos o Partido Libertador deixa de existir e mesmo depois da redemocratização em 1979 ele não volta a figurar o cenário político. Muitos de seus fiéis partidários deixam a vida política e outros buscam inserir-se em novos partidos e novas alianças políticas, deixando para a história o legado libertador. Dentro disso, o artigo buscou explorar o caminho percorrido por uma parcela de Ex-libertadores no contexto bipartidário. Para além da análise dos deputados estaduais, existem diferentes possibilidades de estudos e questões que carecem de um olhar mais aprofundado.

A migração dos remanescentes do Partido Libertador com o bipartidarismo, deixa evidenciado o posicionamento conservador e elitista que foram marcas dos libertadores ao longo da história do PL. Mesmo a escolha em continuar no cenário político em um período onde a democracia fora suplantada pelo autoritarismo, já contradizia o dial libertador, deixando em evidencia que o fator que mais pesou na escolha por permanecer no cenário político, foi a necessidade de ajustar-se as novas propostas políticas.

Com análise dos dados trazidos pelo artigo, também podemos observar que os ex-libertadores se caracterizavam por longas trajetórias políticas, ocupando diferentes postos em diferentes momentos na história nacional, ou seja, a mudança do cenário político imposto pelo ato institucional nº 2, reduziu o número de ex-libertadores, mas aqueles que continuaram, consolidaram suas carreiras e continuaram articulando-se no cenário político.

Fazendo uma comparação entre a tabela um e dois, verifica-se diversos nomes que deixaram de figurar nas disputas a deputado estadual, que não conseguiram se reeleger, ou que não se adequaram ao novo modelo político, imposto em 1965. Isso também pode ser entendido pela grande diversidade e competição que a legenda Arena comportava, sendo até 1965 a terceira maior força política no estado os remanescentes do Partido Libertador dentro da Arena teriam de competir com a segunda maior força política o PSD, que acabou por monopolizar a maioria dos votos e das disputas dentro do novo partido, podendo também explicar o desaparecimento dos ex-libertadores no cargo de deputado estadual.

Também com essa investigação, buscou-se contribuir para o estudo da composição da Arena no estado, uma vez que analisamos quem eram os libertadores que se tornaram arenistas e com isso também, um pouco daqueles que foram os representantes gaúchos no período autoritário. Mesmo os casos analisados, serem somente uma parcela muito pequena

do todo, visto os três cargos ocupados, eles representam também uma parcela da manutenção do cenário político que vigorou no período autoritário, que não deixou de agregar personagens políticos advindos do multipartidarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. **Democracia Representativa: do voto ao modo de votar**. GUILLARD, AILLJ\UD, Rio de Janeiro, 1983.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no RS**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BRAGA, Diego Garcia. **O regime civil-militar em Alegrete (RS): partidos e sublegendas durante a eleição municipal de 1976**. Revista latino0americana de História Uníssimos. Novo Hamburgo, 2015. Páginas 207-227.

BRUN, Eduardo. **O liberalismo do partido libertador no contexto de radicalização política de 1963**. Dissertação de mestrado - História. PUCRS. Porto Alegre, 2013.

BUENO, Antônio Avelange Padilha. **Raul Pilla: aspectos de uma biografia política**. Dissertação de Mestrado – História, PUCRS. Porto Alegre, 2006.

CANEPÁ, Mercedes Maria Loureiro. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estaduais e nacional no Rio Grande do Sul (1964-1964)**. Porto Alegre, editora UFRGS, 2005.

CHAVES, Eduardo dos Santos. **Um partido de 'revolucionários': elementos sobre a trajetória dos políticos gaúchos da ARENA**. Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas. UDESC - Florianópolis, SC, 2012.

CORTÉS, Carlos E. **Política gaúcha 1930-1964**. Tradução/ Amy Cadwell de Farias – Porto Alegre, Edipucrs, 2007.

FLACH, Ângela. **A formação da ARENA no Rio Grande do Sul**. Publicação em anais da ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou Bose expiatório: um estudo sobre a Aliança renovadora Nacional (Arena) 1965-1979**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.

HEIZ, Flavio. (Org.) **O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados 1947-1982**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)**. São Paulo: Vozes, Cebrap, 1980.

MADEIRA, Rafael Machado. **Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas: uma análise da trajetória política dos deputados federais da Arena gaúcha**. Revista Política e Sociedade. Nº 10, abril de 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição ao congresso brasileiro**. Rev. Sociol. Polít. Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003

NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Hégio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1983-2002**. UFRGS, Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. **O Sistema Partidário do Rio Grande do Sul de 1835 a 2014**. VIII ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA. Porto Alegre: FEE; PUCRS, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

SÁ, Mem. **A politização do Rio Grande**. Porto alegre, Tabajara, 1973.

TAUFFER, Paulo Roberto. **Partido Libertador: formação e atuação política**. Dissertação de mestrado - História, UNISSINOS, São Leopoldo, 2008.

TORRES, Andréa S. **Imprensa, política e cidadania**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1999.